

COEXISTÊNCIA DO RURAL NO URBANO COMO POTENCIAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA APA BACIA DO RIO DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU, SALVADOR-BA (BR)

RURAL COEXISTENCE IN URBAN AS POTENTIAL FOR NATURE CONSERVATION IN The APA COBRE WATERSHED/SÃO BARTOLOMEU, SALVADOR-BA (BR).

Débora Carol Luz da Porciuncula

debora.porciuncula@pro.ucsal.br

PNPD/CAPES, Professora Colaboradora,

PPGPTDS/UCSAL

Salvador – Bahia - Brasil

Cristina Maria Macêdo de Alencar

cristina.alencar@pro.ucsal.br

Professor Adjunto, PPGPTDS/UCSAL

Salvador – Bahia – Brasil

Submetido em 08 de dezembro de 2021

Aceito em 09 de março de 2021

Manuel Vitor Portugal Gonçalves

hidrovitor81@gmail.com

Secretária de Educação do Estado da Bahia – SEC-BA

Salvador – Bahia – Brasil

Mariana Reis Santana

marianar.santana@ucsal.edu.br

PPGPA/UCSAL

Salvador – Bahia – Brasil

Resumo

Neste artigo analisam-se os usos culturais da natureza relativos à dinâmica da ruralidade metropolitana e as estratégias desenvolvidas para a conservação ambiental dos fragmentos remanescentes urbanos da Mata Atlântica na Área de Proteção Ambiental do rio do Cobre/São Bartolomeu, Salvador, Bahia. Estas estratégias se pautaram metodologicamente na pesquisa-ação como atividade de extensão, realizada desde 2017, pelos pesquisadores do grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN), do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, ambos da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), junto aos membros do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, coletivo Guardiões da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, de associações de moradores e de lideranças locais. Como resultado tem-se a afirmação da importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que efetivou conhecimento formal e informal, possibilitando visibilidade dos modos de vida em coexistência. Ademais emergiu como resultado a constatação socioambiental de interdependência entre conservação da natureza e conservação da vida humana, podendo, o acesso a projetos configurar condições de possibilidades de alternativas socioambientais de desenvolvimento.

Palavras-chave: Mata Atlântica; sustentabilidade; dignidade humana; ruralidade metropolitana.

Abstract

This article analyzes the cultural uses of nature related to the dynamics of metropolitan rurality and the strategies developed for the environmental conservation of the urban remnants fragments of the Atlantic Forest in the Environmental Protection Area of Cobre watershed /São Bartolomeu, Salvador, Bahia. These strategies were methodologically based on the action research developed as an extension activity, since 2017, by the researchers of the Development, Society and Nature Research Group (DSN), the Development, Society and Nature Research Postgraduation in Territorial Planning and Social Development, both from Universidade Católica do Salvador (UCSAL). It was developed in partnership with the Board of Directors of APA Cobre watershed /St. Bartolomeu members; the Guardians of the APA Cobre watershed /St. Bartolomeu Collective; the residents' associations, and local leaders. As a result, there has been the affirmation of the importance of the indissociability between teaching, research and extension, effectuating the formal and informal knowledge, and enabling visibility to the ways of life in coexistence. Moreover, the findings show the socioenvironmental interdependence between nature conservation and the conservation of human life, in which the access to projects may configure conditions for possibilities to social and environmental alternatives development.

Keywords: Atlantic Forest; sustainability; human dignity; metropolitan rurality.

Introdução

A recente crise socioambiental ameaça à reprodução das sociedades globais, à biodiversidade e ecossistemas da Terra enquanto natureza (RUSCHEIMSKY, 2004). Camargo, Copobianco e Oliveira (2004) esclarecem que ainda que se admita haver avanços legais e adesão da sociedade civil às teses conservacionistas, muito pouco foi realizado após a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente do Rio de Janeiro, a Eco-92, para reversão da degradação de biomas brasileiros. Neste cenário, os remanescentes do bioma neotropical da Mata Atlântica, a julgar os fragmentos urbanos da Área de Proteção Ambiental do rio do Cobre/São Bartolomeu, do Parque Metropolitano de Pituvaçu, e do Jardim Botânico, em Salvador, Bahia, Brasil, revelam relevância ambiental, ainda que se encontrem em estado crítico de ameaça.

A Comissão de Diversidade Biológica (CDB) desponta, entre as contribuições documentais e políticas da Eco-92, que propôs a necessidade de programas de educação e gestão ambiental como perspectiva crítica e alternativa ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial vigente. Segundo Camargo, Copobianco e Oliveira (2004), foi na Eco-92 que o Brasil assumiu a sua situação socioambiental e destaque entre as nações detentoras de megadiversidade. A CDB foi ratificada em 1994 e contempla, entre os seus princípios, à conservação, o uso sustentável e à repartição de benefícios do manejo sustentável da biodiversidade. Também, a CDB tem contribuído para a redefinição de áreas prioritárias à conservação da biodiversidade e assunção da complexidade sociopolítica que abrange a etnodiversidade associada.

A Comissão de Diversidade Biológica contribuiu para a elaboração do Programa Nacional de Biodiversidade (PRONABIO) e para o debate sobre o acesso aos recursos genéticos, conhecimento tradicional e repartição de benefícios do uso da biodiversidade, biossegurança e transferência de (bio) tecnologia. Nesta perspectiva, emerge as reivindicações da sociedade para a conservação dos fragmentos urbanos de Mata Atlântica de Salvador, que podem ser apontados como patrimônio cultural e ambiental da Região Metropolitana de Salvador, e do país.

Sachs (2002) propõe que os santuários ecológicos invioláveis não devem ser a única alternativa à conservação, mesmo que seja primordial uma rede de áreas protegidas para a gestão territorial, prevista pela legislação. No Brasil, a Lei nº 9.985/2000 regulamenta o artigo 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o que também contribui à efetivação da Política Nacional do

Meio Ambiente (PNMA), nos termos da Lei nº 9.938/1981. Bensusan (2006) entende que a gestão das redes de área protegidas ainda se destaca entre os diversos instrumentos para a conservação da biodiversidade frente a crise societária do modelo urbano-industrial.

O uso sustentável da natureza pertence ao dilema entre a conservação e o crescimento econômico, sendo um tema crucial à sustentabilidade das sociedades contemporâneas (AJARA, 2004). A conservação da biodiversidade tem se preocupado, desde década de 1990, com a relação entre as unidades de conservação e o desenvolvimento social das comunidades em que estão inseridas (COSTA, 2002). A sustentabilidade dos “povos dos ecossistemas” é reconhecida como basilar por instituições de conservação ambiental, como a União Mundial para a Natureza (IUCN).

A biodiversidade dos remanescentes de Mata Atlântica presentes nos espaços urbanos da cidade de Salvador acolhe os usos culturais da natureza ético-religioso-econômico e os modos de vida associados à dinâmica rural, marcado pela relação com a natureza. Este cenário aponta para a complexidade da relação sociedade-natureza, desvelando os limites da conservação da biodiversidade do Brasil, influenciado pelo modelo de áreas especialmente protegidas e intocadas, definido por Diegues (1999), “jardins de conservação”, que ignora os usos culturais da natureza e se reproduz por meio da multiplicação de parques e reservas sem os meios suficientes à sua proteção efetiva. A biodiversidade é um tema crítico e que configura o dilema da política ambiental das sociedades industriais, entre crescimento econômico e conservação (SACHS, 2005).

No Brasil, a urbanização tem se efetivado a partir da transformação impositiva de espaços rurais em espaços urbanos, segundo critérios quantitativos populacional e demográfico, como base estatística, principalmente, mas também de ordem político administrativa dos municípios. Isto coloca em questão a condição cidadã dos sujeitos rurais, porque este processo exclui o mundo rural como existência própria e como integrante da dinâmica de desenvolvimento regional metropolitano, chegando a ser negado e invisibilizado pela industrialização associada à urbanização hegemônica.

Este processo de invisibilização e negação dos espaços rurais em espaços urbanos é legitimado pela produção sociológica de ausências (BOAVENTURA, 2002), sendo acompanhado pelas ciências sociais, em geral, que silenciam e inviabilizam o rural no espaço

metropolitano de Salvador. Demarca-se o início deste processo, dicotômico, durante a década de 1970, quando espaços rurais e a natureza foram apontados pelo planejamento metropolitano como empecilho e desqualificadores para o pleno desenvolvimento urbano/industrial da metrópole (PORCIUNCULA, 2017).

Contudo, a dicotomia teórica (CARNEIRO, 2008) que dissociou o rural do urbano e estabeleceu, para tanto, uma oposição excludente entre ambos pode ser superada também teoricamente através da perspectiva do rural determinada pela relação com o urbano e compreendida a partir da noção de natureza, que na perspectiva assumida neste estudo lhe é imanente. Desta forma, é possível pensar nas relações e contradições presentes nas categorias rural e urbano como exercício de redescobrir, na análise socioespacial destas noções, que as suas existências estão interligadas, que se revelam quanto categorias relacionais e interdependentes. Isto é possível, tendo em vista que, na experiência concreta de homens e mulheres simples, existe uma coexistência sob tensões, em resistência e significativa resiliência.

Considera-se possível reconectar a vida urbana e, a própria urbanização com a natureza, isto porque admite-se a natureza como produto da cultura enquanto segunda natureza (MARX, 1972). Entretanto, no momento que identificamos os esforços individuais e coletivos em busca da ressignificação de espaços públicos degradados da metrópole, transformando-os em hortas “urbanas”, entende-se que há aí aprofundamento da dicotomia rural-urbana com o reforço da invisibilidade do rural, posto que existem inúmeras hortas, que antecedem sócio historicamente este movimento atual. Estas estratégias de resistência, que não se enquadram no modelo urbano-industrial dominante, foram instituídas há 46 anos, a partir das primeiras Regiões Metropolitanas no Brasil, como a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Na Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre/São Bartolomeu, as categorias rural e urbano se apresentam plena de significados, significantes e subjetividades, sendo fundamental o reconhecimento do rural no urbano para a dignidade humana, desenvolvimento social e conservação ambiental deste patrimônio natural e cultural. As categorias rural e urbano podem ser apreendidas através do modo de vida, por suas dimensões constituintes, como o trabalho e cultura, e, sobretudo, da forma como se relacionam e se apropriam da natureza: como extensão da vida que se materializa na inter-relação com a natureza, com seus tempos, simbolismos e metabolismo.

Por outro lado, um modo diferente de apropriação da natureza é transformando-a em mercadoria a ser consumida, reificada, degradada e poluída de tal forma que os seus elementos da natureza na paisagem urbana estão cada vez menos perceptíveis e destituídos de conteúdo sócio histórico, simbologias e importância ecossistêmica. Decorre desta apropriação a ideia equivocada de haver um lugar da natureza conservada, mas cada vez mais distantes dos centros urbanos e, por isso mesmo, possível apenas de ser acessada com ilhas para a contemplação. Deste equívoco, resultará a estranheza ao se constatar no espaço urbano a presença de dinâmicas rurais em interação metabólica com florestas, rios, lagoas ou com o mar, através do trabalho sob diversas relações sociais de produção, ou da religiosidade e da cultura.

Compreende-se que a forma como a natureza é apropriada será responsável pela constituição do modo de vida, que aproxima os sujeitos sociais a partir de elementos socioculturais, relações cotidianas e sociabilidade tensionadas pelo adensamento populacional. A concepção de Natureza que nos orienta é a histórico materialista, aquela que encerra um sentido prático como na produção material e social da vida em unidade entre homem (sociedade) e natureza em sentido estrito (não humana). Esta concepção de Natureza que, apreendida como totalidade, permite que se torne visível as dimensões subjetivas – como a mental, a emocional, a energética e a espiritual – próprias da constituição de ser humano, mas que, sobretudo, apreende a dimensão cultural que, como propôs Morin (2000, p. 52), ou da noção de natureza como cultura defendida por Moreira (2007) e Porciúncula (2017).

Os modos de vida rural-metropolitano e usos da biodiversidade na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu podem ser percebidas enquanto formas de resistências e através da presença de atividades que caracterizariam o mundo rural. Estas atividades acolhem o plantio de hortaliças, leguminosas e verduras; extrativismo vegetal, ervas medicinais e frutas; da atividade de pesca; criação de cavalos, vacas, porcos e galinhas; venda diária e matinal do leite da vaca; e atividades culturais, religiosas e esportivas típicas de ambientes rurais, como a cavalgada, arremesso de argolinha, o banho de rio e de cachoeira e os rituais religiosos de matriz africana.

Neste contexto, este artigo pretendeu analisar os usos culturais da natureza relativos à dinâmica da ruralidade metropolitana e as estratégias desenvolvidas para a conservação ambiental dos fragmentos remanescentes urbanos da Mata Atlântica na Área de Proteção Ambiental do rio do Cobre/São Bartolomeu, Salvador, Bahia.

2 Metodologia e compreensão da ruralidade-metropolitana

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma perspectiva interdisciplinar e acolheu duas etapas interacionadas, iniciando com a caracterização socioespacial da unidade de conservação da natureza APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, outras unidades de conservação integrantes, o bioma Mata Atlântica e a coexistência do rural no urbano, situados em área territorial apontados pelo planejamento metropolitano como área urbana. Na segunda parte, foram identificadas e discutidas as estratégias, concedidas como interdependentes e desenvolvidas a partir de 2017 até a atualidade, orientadas para a conservação da natureza e valorização do rural no urbano na APA.

As duas estratégias, a Estratégia 01 - Visibilidade e a Estratégia 2 – Conhecimento, tiveram como orientação metodológica a pesquisa-ação, contando com a participação e o envolvimento de pesquisadores no Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, através da ação direta do grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN) e Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, sendo ambos da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), do protagonismo de membros do grupo Guardiões da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, associações de moradores e lideranças locais.

O recorte teórico-metodológico da pesquisa-ação apresenta algumas características, as quais foram amplamente discutidas por Tripp (2005, p. 447). A pertinência deste recorte possibilitar demonstra a presença do rural no urbano e o potencial de coexistência e de conservação da natureza a partir do acolhimento à experiência cotidiana dos sujeitos sociais que vivenciam a realidade pesquisada.

A pesquisa-ação demanda pela integração entre a ação empírica, a realidade e a pesquisa, dessa forma é necessário a inserção da ação dos sujeitos-pesquisadores na realidade que se configura o objeto empírico da pesquisa. Ademais, requisita a permanência do pesquisador em reconhecimento da importância da ação cidadã e do dever da universidade em contribuir com a sociedade no enfrentamento, resolução e/ou o reconhecimento de questões que reclamam por atenção e soluções criativas e inovadoras. Desse modo, esta opção metodológica coaduna-se com



[HTTPS://PERIODICOS.UFPE.BR/REVISTAS/RURALURBANO/INDEX](https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/index)

ação de extensão universitária que por estar associada à pesquisa configura-se como laboratório de territorialização contra-hegemônica em espaço metropolitano.

A análise dos resultados do presente trabalho será orientada pela categoria de ruralidade metropolitana para a compreensão do espaço do rural e no espaço urbano metropolitano. Alencar (2003) explica que o esforço para superação das dicotomias teóricas que envolvem o rural e o urbano que se materializam no espaço metropolitano, nos conduz ao entendimento de que é possível que sejam apreendidos relacionamente ainda que sob a hegemonia do urbano. Esta categoria de análise germina no espaço metropolitano e pode ser apreendida e operacionalizada para superação, no plano teórico, da dicotomia entre o rural e urbano e, no plano empírico, para revelar a resiliência com a qual o rural se desenvolve e resiste no urbano. A experiência da vida comum do cotidiano em objetivação (interação dialética entre objetividade e subjetividade) lastreia a validação empírica da ruralidade metropolitana.

A categoria de análise ruralidade metropolitana foi desenvolvida com o propósito de apreender o fenômeno da presença do rural em espaço metropolitano, a partir do reconhecimento de que diferentes modos de vida caracterizam a identidade cultural metropolitana e orientam a forma como os sujeitos sociais se apropriam da natureza neste espaço, podendo serem identificados como rurais ou urbanos. Aponta-se que a ação da urbanização não se realiza homogeneamente no plano da realidade vivida, com isto é possível identificar modos de vida rurais que se expressam em ambiente metropolitano produzindo, reproduzindo e organizando o espaço sociocultural. Reporta-se as formas de resistência ao modelo urbano e industrial.

Desvela-se uma noção interpretativa, a ruralidade metropolita, que emerge como formulação teórica contra-hegemônica capaz de apreender elementos que configuram um novo padrão civilizatório favorável a um modelo “de desenvolvimento que integre múltiplas dimensões do ser humano em condições materiais, sociais, psíquicas e culturais”, ambientais e espirituais (ALENCAR, 2003, p. 167).

A linguagem que denota a concepção urbana de mundo atua como nebulosa (MOREIRA, 2007) no que tange às dinâmicas ecológica e rural, embora aproxime as pessoas dos processos naturais com inovações tecnológicas e cultivo de alimentos. Com isto, recolhe-se ruralidade onde a urbanização induzida pela industrialização produziu territórios tensionados como lugar de conflito, tendo em vista que se constituir como território supõe a apropriação de espaços por

CARVALHO, Élida T. S.; COSTA, Ademir A. A protoverticalização na Região Administrativa Norte de Natal-RN. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 05, n. 01, p. 01-26, 2020.

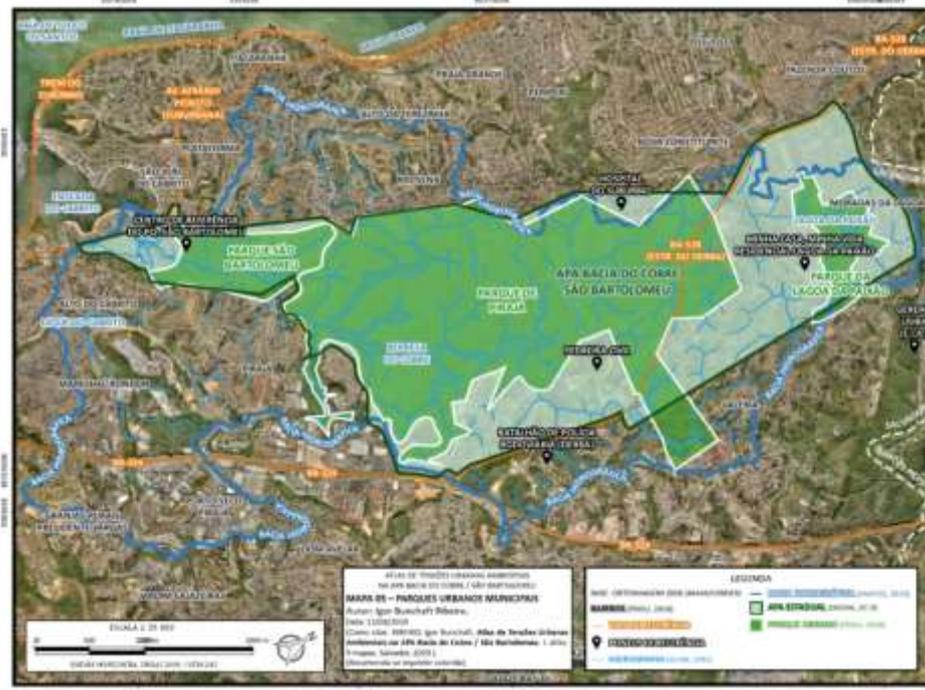
ISSN: 2525-6092

diferentes sujeitos que (re) produzem diferentes interesses. Entretanto, o território é entendido, a partir de Haesbaert (2002), como um espaço apropriado, concreta ou abstratamente, pelos sujeitos que ao fazê-lo territorializa-o, imprimem nele a sua identidade e constroem e consolidam laços de afetividade. Na presente pesquisa, investiga-se espaço rural no espaço metropolitano da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu.

3 A APA bacia do cobre/São Bartolomeu

A Área de Proteção Ambiental Bacia do rio do Cobre/São Bartolomeu (Figura 1), foi criada pelo Decreto Estadual nº 7.970 de 5 de junho de 2001, como medida de preservação do espelho d'água e matas ciliares no relacionados aos remanescentes de Mata Atlântica e da Represa do Cobre. Desta forma, foram estabelecidos como principais objetivos de sua criação: I - assegurar a qualidade das águas da Represa do Cobre, parte integrante do sistema de abastecimento humano de Salvador, dentro de limites compatíveis com o uso doméstico; II - disciplinar o uso e a ocupação do solo na área; III - tornar-se uma zona de proteção da Represa do Cobre; IV - preservar e recuperar os ecossistemas de matas ciliares no entorno do espelho d'água.

Figura 1. APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu: Parque São Bartolomeu, Parque de Pirajá e Lagoa da Paixão.



Fonte: Ribeiro, 2019.

Esta, unidade de conservação de uso sustentável do SNUC, APA, nasceu amparada na proposta de conciliar o desenvolvimento e conservação da natureza, por se tratar de uma unidade onde diferentes usos são permitidos, contanto que se observem os princípios da equidade social, ambiental e econômica. O principal instrumento de gestão de uma unidade de conservação de uso sustentável é o plano de manejo, este documento deve apresentar o zoneamento e o plano de gestão da unidade, devendo ser construído de forma participativa, envolvendo todos os membros do conselho gestor da unidade de conservação. Contudo, após 13 anos da criação do conselho gestor, a APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu ainda não tem um Plano de Manjo. Outrossim, esta área protegida é a categoria de uso sustentável mais permissível do SNUC, o que a torna vulnerável à apropriação capitalista da natureza, que promove a fragmentação da paisagem e invisibilização da comunidade local.

Ferreira (2007) chama atenção para a relevância social de áreas protegidas, porque parte da biodiversidade mundial está situada em territórios sob controle ou gestão dos “povos dos ecossistemas” e comunidades locais. Os “povos dos ecossistemas e as comunidades locais constituem o patrimônio cultural brasileiro e a memória dos usos da biodiversidade. Destaca-se

que parte dos conservacionistas entendem que as áreas protegidas devam ser orientadas para a redução da pobreza e distribuição equitativa dos benefícios do manejo sustentável da biodiversidade.

A APA abrange os municípios de Salvador e Simões Filho e contém em seus limites o Parque São Bartolomeu, Parque de Pirajá e a Lagoa da Paixão¹, que são unidades de conservação de uso mais restritivos e que integram a política nacional de meio ambiente (PNMA) e a rede de áreas protegidas. Este espaço protegido integra os territórios priorizados e suas comunidades do entorno, quais sejam: Rio Sena/Ilha Amarela, Represa do Cobre, Pirajá; Valéria; Periperi e São Bartolomeu. Estes bairros constituem o Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde, no passado, concentravam-se antigas fazendas, que foram substituídas pela via férrea, suas oficinas e fábricas da Leste, e com a instalação da primeira indústria têxtil, no início do século XX, dando lugar a tais núcleos urbanos e outros bairros do Subúrbio (FONSECA e SILVA, 1992).

Dentre os aspectos socioambientais e da biodiversidade relevantes na APA destacam-se: a presença de remanescentes do bioma de Mata Atlântica, floresta ombrófila densa e mista, ecossistemas associados como ambientes flúvio-marinho, brejo e manguezais; a Lagoa da Paixão, principal nascente do rio do Cobre, demais nascentes, afluentes e cascatas. Este complexo de ecossistemas abriga uma diversidade faunística, marcada pelo voo e canto de uma variedade pássaros, a exemplo do tiê-sangue (*Ramphocelus bresilius*), uma ave símbolo da Mata Atlântica; bem como de mamíferos, hepertofauna, microrganismos e uma rica geodiversidade. Também, indica-se que esta unidade de conservação apresenta beleza cênica e importância para o conforto térmico do município de Salvador, decorrente do extenso sistema de fragmentos florestais, lagoas e rios capazes de regulação térmica.

O Parque São Bartolomeu está inserido no contexto mais amplo de importância à conservação, por ter sido indicado como uma das três Áreas Piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, na Bahia. Estas áreas foram concebidas para conservação da biodiversidade,

¹ O Parque São Bartolomeu foi criado por Decreto Municipal de Desapropriação nº 4.590 de 21/02/1974, com uma área de 75 hectares, sendo integrado ao Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos de Salvador, pelo Decreto Municipal nº 4.756 de 13/03/1975, na categoria de “Área de Domínio Público não edificável”. O Parque São Bartolomeu passou, em virtude do Decreto Municipal nº 5363 de 28/04/1978, juntamente com a Represa do Rio do Cobre e o Sítio Histórico de Pirajá, a fazer parte do Parque Metropolitano de Pirajá, com área de 1.550 hectares, criado pelo referido decreto.

CARVALHO, Élida T. S.; COSTA, Ademir A. A protoverticalização na Região Administrativa Norte de Natal-RN. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 05, n. 01, p. 01-26, 2020.

sustentabilidade e para a pesquisa e a educação, atividades estas recomendadas pelo Programa *Man and the Biosphere* (MaB), da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (BAHIA, 2012, p.11).

A geodiversidade da APA contempla a única área na Região Metropolitana de Salvador cortada por cachoeiras, que têm relevância cultural e simbólica e compartilha, junto aos Parque de Pituacu e Lagoa da Paixão, um dos maiores fragmentos de Mata Atlântica em espaço urbano no Brasil. O Parque São Bartolomeu é reconhecido como território sagrado, e que “representa a maior referência dos cultos afro-brasileiros para a cidade de Salvador e o Estado da Bahia, que durante muito tempo foi o grande Santuário do Candomblé baiano” (PINHA, 2016, p. 21).

A Represa do Cobre, construída em 1932, integrava o primeiro sistema de abastecimento de água da metrópole Salvador, embora desativada desde 2006, pela Empresa Baiana de Água e Esgoto (EMBASA), a responsável pelo abastecimento público de água no Estado. A desativação e abandono deste sistema de abastecimento de água de Salvador decorreu da descaracterização ambiental, perda de qualidade ambiental e poluição de suas águas por despejos de efluentes líquidos (esgotos) *in natura* nos corpos hídricos. Entretanto, após o abandono do sistema de abastecimento, que passou a constituir o conjunto de passivos ambientais da EMBASA, as águas da represa do rio do Cobre permanecem sendo utilizadas pela população local, banho, pesca e celebração de rituais da religião de matriz africana.

A APA está sobre a influência de uma série de entressorres socioambientais, em que se destacam: a marcada pela supressão da vegetação e queimadas, com efeitos deletérios sobre a biodiversidade; avanço da especulação imobiliária em desalinho à legislação ambiental em vigor; lançamentos de esgotos domésticos e industriais nos corpos hídricos; lançamentos criminosos de resíduos sólidos a montante da barragem e em locais inadequados, gerando risco à saúde da população do entorno desta unidade de conservação, por conta da proliferação de vetores e riscos higiênico-sanitários, extração ilegais de substâncias minerais e caça predatória.

Este cenário de impactos e conflitos ambientais na APA integra, igualmente, o avanço das ocupações informais e formais (conjuntos habitacionais) intensificando o desmatamento em áreas de proteção permanente (APP), com comprometimento direto do tamanho original da poligonal do Parque Pirajá; às invasões nas margens da barragem do Cobre (APP), próximas ao espelho d'água; os lançamentos de efluentes líquidos domésticos e industriais (esgotos) *in natura*

nos corpos hídricos superficiais. A desativação da Represa do Cobre em relação ao abastecimento público, em 2016, por perda das condições de econômicas e de potabilidade, deu-se sem nenhuma perspectiva de criação de um plano de recuperação do manancial e manejo ambiental.

3. Estratégias desenvolvidas

3.1 Estratégia 01: Visibilidade.

Tornar visível a dinâmica de produção material e social da vida presente na APA emergiu como a primeira a estratégia e teve como motivação as falas dos integrantes do Conselho Gestor da APA durante as reuniões periódicas, realizadas entre os anos de 2016 e 2017. Naqueles momentos, as falas dos membros da sociedade civil organizada externavam, dentre outras coisas, a condição de não compreender o porquê da única unidade de conservação, inserida na metrópole, que contém remanescente do bioma Mata Atlântica, em estágio avançado de regeneração, cachoeiras, lagoas, a barragem, dois importantes parques, possuir relevância histórica reconhecida, não ser objeto de ações efetivas por parte dos poderes públicos estadual e municipal que garantissem a sua conservação ambiental. Esta questão era recorrente nas reuniões e as cobranças pela elaboração do Plano de Manejo passou a ser um ponto de pauta permanente, pois, como o principal instrumento de gestão da unidade de conservação, as respostas para mitigar e até reverter a degradação socioambiental poderiam estar contidas nele.

No entanto, a questão perdurava e inexistia resposta, ou ações efetivas que auxiliassem os conselheiros, sobretudo os que compunha o seguimento sociedade civil organizada a conter o avanço das ocupações/invasões e especulação imobiliária em áreas de preservação permanente, queimadas, lançamento de esgoto nos corpos hídricos – vale dizer que algumas das fontes de poluição eram (ainda são) caixas de esgoto entupidas, sem que a concessionária responsável agisse prontamente para minorar o dano, muitos denunciavam que a demora em resolver o problema era o maior dificultador.

O problema parecia insolúvel até que numa das reuniões do Conselho a fala de uma servidora pública chamou atenção pois despertava para algo que não era percebido: além da sociedade civil organizada lutando pela APA não havia qualquer outro seguimento interessado



[HTTPS://PERIODICOS.UFPE.BR/REVISTAS/RURALURBANO/INDEX](https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/index)

em sua conservação ambiental: A APA estava invisível na Metrópole e para os sujeitos sociais que nela habita.

Ela não era vista. Não era reconhecida por aqueles que buscavam a natureza fora da cidade, que não reconheciam dentro do tecido da urbe a presença da natureza não reificada ou não artificializada. Dito de outro modo, não reconheciam a natureza na cidade em condições próximas ao estado natural e, tampouco reconheciam as dinâmicas socioespaciais daqueles sujeitos que convivem com o bioma e realizam a sua vida através do trabalho e do modo de vida rural. Estes também estavam invisibilizados embora possam ser considerados como sujeitos de uma biocivilização (SACHS, 2009).

Assim propusemos a realização de uma atividade socioambiental, com caráter educativo não-formal, como preconizado na Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/1999, e que tivesse regularidade. A Trilha Ecológica APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, deveria ser entendida como uma atividade cujo objetivo principal fosse o de auxiliar na sensibilização dos visitantes para as questões socioambientais, chamando a atenção destes para as mazelas, mas, sobretudo, para as presenças: da natureza exuberante, possível de ser acessada por todos por estar inserida no Subúrbio da metrópole; e para aqueles sujeitos que vivem em relação direta com a natureza, como fonte de trabalho, lazer e religiosidade.

A primeira edição da Trilha Ecológica aconteceu em 24 de setembro de 2017, com 5km de percurso ida e volta, saindo do Centro de Referência do Parque São Bartolomeu, até a barragem do Cobre, no Parque de Pirajá e retornando até o Centro de Referência. Buscamos o apoio de algumas instituições e associações de moradores locais: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPGPTDS/UCSAL/DSN); Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA); Fundação Terra Mirim; Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA) e; Administração do Parque São Bartolomeu.

Como estratégia de divulgação utilizou-se as mídias sociais onde exibia-se imagens da área que revelavam os atributos naturais mais exuberantes: as cachoeiras, o lago da barragem do Cobre e a floresta ombrófila densa no seu entorno. Com isto, buscou-se despertar a curiosidade das pessoas, de forma que se sentissem provocadas a conferir pessoalmente o que as imagens revelavam. De forma a incrementar a programação da trilha, tornando-a mais atraente aos

visitantes, outras atividades foram propostas: como apresentação de um grupo de capoeira local, aula de ioga, dança circular/sagrada, zumba, passeio guiado a cavalo e *rappel*.

Figura 01 – Folders de divulgação da primeira Trilha Ecológica APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, em 2017 e da 13ª, em 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores. (set./2017 e nov.2019)

A segurança dos visitantes sempre figurou como uma grande preocupação de todos os envolvidos da organização, desde esta primeira edição da trilha, tendo-se optado por duas formas de lidar com a questão: (i) a formal, que consistiu no envio de ofícios às Companhias de policiamento da região e da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA), onde informávamos sobre a atividade e solicitávamos a presença de policiamento; através de ofícios aos públicos que possuem algum vínculo com o Parque, onde solicitávamos reforço aos ofícios enviados as companhias de polícia; (ii) a informal, que consistiu na ampla mobilização social e se mostrou mais efetiva do que a anterior porque requereu o esforço de sensibilizar e envolver a todos no propósito de juntos emprendermos a atividade e proporcionarmos algum nível de segurança, como sugere a perspectiva da segurança cidadã com protagonismo comunitário (MACÊDO FILHA, 2018).

A primeira Trilha Ecológica contou com a presença de 290 pessoas, todas devidamente registradas no livro de controle do Parque. Mantivemos a regularidade e, a cada dois meses, uma nova trilha acontece atraindo novos e antigos visitantes, estes responsáveis também por divulgar a atividade e a APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu. Já foi registrado, numa única trilha, a

presença de mais de 4 mil pessoas, este número tende a oscilar de acordo com as condições do tempo, em dias chuvosos registramos aproximadamente 300 visitantes e nos dias ensolarados os registros chegam a indicar acima de mil visitantes. Em novembro de 2019 realizamos a 13ª edição e, na ocasião, já apresentamos a programação para o ano de 2020.

Os relatos dos visitantes comprovam o êxito da atividade. Há relatos que ajudam a compreender o distanciamento das pessoas do Parque, alguns disseram que não sabiam da sua importância histórica ou que este faz parte da APA. Dentre as justificativas mais recorrentes o “medo da violência” aparece com frequência, uma vez que tendiam a associar esse fenômeno social como imanente ao fato do Parque está localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Outros, alegaram total desconhecimento a respeito da área e se disseram surpresos com a beleza do lugar e com as cachoeiras.

Sobre isto, muitos revelaram desconhecer a existência de cachoeiras em Salvador e relataram que viajavam para encontrá-las nos municípios no interior do estado. Este é um dado da realidade que nos chama especial atenção porque revela que o imaginário das pessoas está repleto de ideias sobre o que deve existir na paisagem do espaço urbano e no espaço rural. Para este entendimento, a natureza primeira, ou seja, mais próxima ao seu estado natural e exuberante, com florestas, corredeiras e cachoeiras, não caberia no espaço da cidade e, por isso mesmo, era preciso se deslocar para o “lugar do rural”, no interior do estado.

O segundo maior impacto relatado pelos visitantes está associado aos usos da natureza dado pelos moradores, como por exemplo, tomar banho de rio e nas cachoeiras – especialmente naquelas que não estão poluídas. Constatar a interação dos moradores os fizeram se sentir estimulados e confiantes em fazer o mesmo. Durante o trajeto percorrido, de 5km, é possível notar a surpresa dos visitantes ao se depararem na cidade com elementos e características que os remetem ao rural, como a presença de baías, chácaras, cavalos e seus cavaleiros, vacas, porcos, hortas e extrativistas colhendo as frutas da estação.

Figuras 2 e 3 –. Visitantes e moradores locais no banho na cachoeira do Campo e visitante fotografando o porco enquanto é observada pelo cavaleiro e seu cavalo.



Fonte: Elaborado pelos autores. (jul./2019).

A Trilha Ecológica estimulou à organização de outras atividades, como a Trilha Ecológica da terceira idade, a Cavalgada Ecológica, evento criado pelos criadores locais de cavalos, de caráter anual, iniciada em 2018, que reúne cavaleiros e amazonas de vários bairros do Subúrbio e de municípios da RMS e; Sarau artístico, evento mensal que reúne artistas locais. Destacamos o aumento significativo de visitas de alunos de escolas públicas e privadas, devidamente agendadas e acompanhadas pelos guias do Parque São Bartolomeu. A movimentação de pessoas no Parque impulsionada pelas Trilhas também aqueceu a economia local, com a venda de lanches, comidas, bebidas e frutas da própria área.

Por fim, a Trilha Ecológica vem cumprindo a função de sensibilizar os visitantes para as questões ambientais e para a presença do rural no urbano. sendo também responsável pela criação do coletivo Guardiões da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, em 2018, composto pelos organizadores da trilha e moradores locais. Ademais, a regularidade bimestral com que a Trilha Ecológica é realizada atraiu a atenção ONG, ambientalistas, políticos e pesquisadores. A divulgação das imagens da atividade nas mídias sociais vem despertando o interesse cada vez maior pela APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu e ajudou a publicizar várias ações socioambientais, além de denúncias de crimes ambientais.

3.2 Estratégia 02 – Conhecimento

A segunda estratégia desenvolvida é inerente à condição de produção de conhecimento, explicitada no potencial para elaboração de pesquisas e extensão universitária. Essa estratégia teve como base a inserção, que se consolidou com o tempo, dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa DSN junto ao Conselho Gestor da APA e da comunidade, vindo reforçar ainda mais a presença do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPGPTDS/PGPA/UCSAL), de alguns professores e alunos da pós-graduação *lato e strictu sensu*, da graduação em Geografia e de Arquitetura e Urbanismo; além do DSN, outro mais um grupo de pesquisa também se aproximou, o Desenvolvimento Municipal. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), através dos cursos de especialização em Gestão de Ambiente Costeiro, também se aproximou e realizou aula de campo em parceria com o DSN e com lideranças locais e atividades na área professores do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento (MAASA/UFBA).

Disto resultou o desenvolvimento de: Dissertação de Mestrado, do Programa em Planejamento Ambiental/UCSAL, intitulada “Direito à Conservação Ambiental e o Direito ao Desenvolvimento: O Caso da Área de Proteção Ambiental – APA Bacia Do Cobre/São Bartolomeu – Ba”, (2019-concluída), cujo objetivo foi o de analisar em que medida a implantação da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu impacta no processo de equilíbrio entre o direito a conservação ambiental e o direito ao desenvolvimento previsto na CF/88, com vista a uma proposta de representação junto ao Ministério Público do estado da Bahia; Dissertação do Mestrado em Meio Ambiente, Água e Saneamento (MAASA/UFBA), intitulada "Análise das Proposições do Programa de Requalificação Urbana e Saneamento Ambiental da Bacia do Riacho Mané Dendê Quanto ao seu Potencial de Sustentabilidade e Resiliência", (2019-em curso), cujo objetivo é o de analisar as proposições, quanto a riscos geológicos e hidrológicos, do Programa de Requalificação Urbana e Saneamento Ambiental da Bacia do Riacho Mané Dendê e possíveis alternativas quanto aos aspectos de sustentabilidade e resiliência.

Projeto de Pós-doutorado, PPGPRDS/UCSAL, intitulado “Parque São Bartolomeu, Salvador – BA: onde a anterioridade sócia histórica resiste à provisoriedade planejada pela civilidade metropolitana”, (2019-em curso), cujo objetivo é recuperar informações históricas que permitam precisar a trajetória sócio histórica dos sujeitos que habitam e desenvolvem suas atividades nos limites do Parque de São Bartolomeu. Evidenciando a permanência frente a

delimitação legal da área do Parque, em 1978, com vistas a problematizar a possibilidade e o potencial destes indivíduos em tornarem colaboradores no processo de conservação da natureza, auxiliando na fiscalização e cuidados da área do Parque a partir da valorização do direito ao modo de vida rural que ali é produzido.

Foram desenvolvidos 04 projetos de pesquisa, sendo que dois de tecnologias sociais na APA e o outro de identidade visual da APA, submetidos às agências de fomento à pesquisa e editais públicos, com financiamento. Quais sejam: “Projeto de Tecnologia Social Inovação METABÓLICA: resiliência na coexistência do rural no urbano na APA bacia do Cobre/São Bartolomeu, Salvador-BA”, desenvolvido em cooperação com a UNINOVE/SP e UCSAL, através do DSN/PPGPTDS, cujo objetivo geral é identificar e sistematizar atividades produtivas rurais existentes na APA bacia do Cobre/São Bartolomeu a partir da visibilização do rural no urbano como espaço de trabalho e vida, a serem dinamizadas como atividades de economia popular, potencializando suas possibilidades como negócios sociais para a promoção do desenvolvimento socioambiental;

Projeto “Inovação por resiliência na coexistência do rural no urbano: APA bacia do Cobre/São Bartolomeu, Salvador-BA”, desenvolvido pelo DSN/PPGPTDS, cujo objetivo geral é identificar e sistematizar atividades produtivas rurais existentes na APA bacia do Cobre/São Bartolomeu a partir da visibilização do rural no urbano como espaço de trabalho e vida, a serem dinamizadas como atividades de economia popular, potencializando suas possibilidades como negócios sociais para a promoção do desenvolvimento socioambiental.

Projeto “Sinalização da Unidade de Conservação de Usos Sustentável APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu”, financiado pelo Ministério Público da Bahia, através da Promotoria de Justiça, Habitação e Urbanismo, que obteve financiamento através a chamada Pública Projetos 2018/19, cujo objetivo geral é construir identidade visual da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu através da implantação de placas de sinalização em locais considerados estratégicos pela comunidade e sociedade civil organizada. Tendo em vista que a sinalização de Unidades de Conservação é um importante instrumento para auxiliar à gestão, pois cumpre a função de informar, orientar e sensibilizar as pessoas para a importância da conservação ambiental e proteção dos sujeitos sociais que dependem das águas e da floresta para sobreviver.

“Projeto Mobilização comunitária para transformação social na comunidade do Mané Dendê, Salvador-BA através da aplicação de Tecnologia Social”, desenvolvido pelo DSN em parceria com duas associações de moradores, a Associação Guerreiros do Mané Dendê (AGMD) e Associação de Moradores Nova Esperança Ilha Amarela (ASSMOILHA). Visa a aplicação da tecnologia social “Jogo Oasis” na referida comunidade, como parte da assessoria técnica, social e jurídica prestada pelo grupo de pesquisa DSN, tem como base a mobilização da comunidade de forma a provocar alguma intervenção sócio-espacial objeto da ação coletiva. Cabe dizer que em reuniões preliminares, apenas com as lideranças locais, para apresentação da metodologia e dos resultados obtidos em algumas comunidades em São Paulo, foram unânimes em dizer que a intervenção que desejam é de criação de uma horta coletiva.

Colaboração no projeto intitulado “Parques em Conexão: Educomunicação e Pertencimento nos Parques de Pituaçu, Abaeté, São Bartolomeu e Pirajá,” também financiado pelo Ministério Público, chamada Pública Projetos 2018/19. Cujo objetivo foi de empreender uma campanha de comunicação para promover o conhecimento dos Parques de Salvador, estimulando a visitação, integração destes ao roteiro turístico da metrópole; a partir da valorização do pertencimento dos moradores do entorno destes parques, principalmente.

Realização de “Oficina de Mapeamento do Parque São Bartolomeu”, organizada por estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, (FAU/UFBA), da disciplina de Ateliê de Planejamento Urbano e Regional, em 13 de julho de 2019, em parceria com pesquisadora do DSN e membros do Conselho Gestor e lideranças locais. Nesta oficina, os estudantes apresentaram aos membros da comunidade os resultados preliminares do trabalho que desenvolveram no primeiro semestre de 2019, resultado das entrevistas e do mapeamento da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, tendo como base metodológica a Cartografia Social.

Realização de palestra com o tema “Questões contemporâneas: usos, alterações e abandono das águas na civilidade metropolitana”, realizada no âmbito do Seminário Questões Contemporâneas (PPGPTDS/UCSAL), organizada pelas Professoras Dra. Laila Nazem Mourad e Dra. Aparecida Netto, no Centro de Referência do Parque São Bartolomeu, em 04/04/2018. Onde participaram os alunos da Pós-Graduação e da graduação em Arquitetura e Urbanismo, membros da comunidade e do Conselho Gestor da APA.

Atrelamento dos produtos gerados pelos alunos que cursaram a disciplina de Legislação Ambiental, (2018.1 e 2019.2), do PPGPA, a análise da efetividade ou não da legislação ambiental brasileira no Parque São Bartolomeu. Para tanto, adotou-se como procedimento metodológico a imersão dos alunos através de trabalhos de campo e pesquisa bibliográfica. Resultando na produção de um artigo científico e apresentação dos seus resultados para os membros da comunidade, convidados a assistir e opinar a respeito dos resultados alcançados.

Assessoria técnica, social e jurídica prestada pelo PPGPTDS/DSN/UCSAL à comunidade da sub-bacia do riacho Mané Dendê, que integra a bacia hidrográfica do rio do Cobre, e abrange cinco bairros: Itacaranha, Teresinha, Rio Sena, Ilha Amarela e Plataforma. Os quatro últimos bairros estão fisicamente ligados ao Parque São Bartolomeu e a comunidade interage ativamente com o Parque pelas suas bordas.

A demanda pela Assessoria nasceu após representantes da Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF) apresentarem o Programa de Requalificação Urbana e Saneamento Ambiental da Bacia do Riacho, “Projeto Novo Mané Dendê”, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao Conselho gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu. Como há pesquisadores membros do conselho, eles provocaram a coordenação do PPGPTDS a solicitar a FMLF que apresentassem o Projeto à comunidade acadêmica. Em 20 de setembro de 2018, no Campus da UCSAL/Pituaçu, o Projeto Novo Mané Dendê foi apresentado e além dos membros da comunidade acadêmica estiveram presentes ambientalista e representantes da comunidade do Mané Dendê, além das lideranças locais.

Nesta ocasião, membros da comunidade solicitaram a Universidade apoio para compreenderem o projeto, com isto fora firmada a Assessoria com os seguintes objetivos de: (i) tornar compreensível o Projeto Novo Mané Dendê, cuja linguagem técnica dificultava a compreensão da comunidade, como dito por eles; (ii) auxiliar com relação a salvaguarda dos Direitos Humanos Fundamentais no que diz respeito ao impacto social de projetos que preveem a remoção involuntária de pessoas e; (iii) auxiliar na contraposição qualificada ao diagnóstico socioambiental apresentado pela FMLF, diante do não reconhecimento da identidade territorial, do modo de vida e das atividades econômicas que estão fora do circuito formal. Iniciava-se uma experiência de planejamento insurgente lastreado pelo entendimento de totalidade social (LIMONAD, 2009).

Sobre o reconhecimento do modo de vida, cabe dizer, que nos primeiros encontros a comunidade não o qualificava nem como rural, nem como urbano. Contudo, a partir das discussões e imersão na realidade socioespacial da própria comunidade passamos a discutir o rural no urbano, tratando-o como modo de vida e da sua relação imanente com a natureza. Demonstrando, empiricamente, através da imersão nos campos realizados na comunidade, de um rural que se realizava de forma resiliente no urbano e possível de coexistir com este ainda que sob tensão.

Durante os diversos encontros realizados com o objetivo de reconhecer e compreender as realidades que a comunidade buscava tornar visível para contrapor o diagnóstico apresentado pela FMLF, (SALVADOR, 2018), capturamos as falas de vários moradores que nos chamavam a atenção para o fato de considerarem que as mudanças indicadas no Projeto Novo Mané poderiam comprometer a vida que levam, qualificada por eles como “interiorana” ou do “tipo cidade do interior”.

Essas falas explicitavam os elementos que constituem uma identidade territorial constituída socio historicamente, desde antes do processo de metropolização urbano/industrial na década de 1970, mas também a partir deste momento com a vinda de vários deles de municípios do interior do estado, muitos da zona rural, no que ficou conhecido como êxodo rural. Nestes momentos foram se dando conta de que estavam muito mais próximos do modo de vida rural do que do urbano, embora este também se fizesse presente em suas falas, para reclamar o acesso a infraestrutura básica de saneamento, ao transporte, as escolas e a saúde, principalmente. Relataram também a importância de morar em casa e dos quintais, onde criam galinhas, porcos, cães, possuem árvores frutíferas, cultivam ervas medicinais e outros tipos utilizadas na culinária. Ademais os quintais figuraram, igualmente em importância, como áreas destinadas aos filhos para construção futura das suas próprias casas. Com isto, explicitaram que a preocupação com a habitação extrapolava o aspecto meramente físico, pois se estendia à eminente ruptura do tecido social consolidado há décadas e pautado nos laços de afetividade, de onde resultou a rede de apoio social existente, que funciona graças à proximidade espacial e a cooperação mútua entre parentes, amigos e vizinhos.

Com isto, evidenciou-se a necessidade de enfrentamentos dos códigos dominantes sobre o rural tratado dicotomicamente por determinadas perspectivas das ciências sociais e humanas



[HTTPS://PERIODICOS.UFPE.BR/REVISTAS/RURALURBANO/INDEX](https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/index)

na relação com o urbano. Com isto, a assessoria auxiliou no reconhecimento e valorização da identidade rural, como um lugar de trabalho e vida, valorizando-a enquanto potencial de desenvolvimento social, possível de existir em coexistência com o urbano, ainda que sob tensão (ALENCAR, 2019).

Os moradores também foram incentivados a contar as suas histórias individuais e coletivas de como chegaram ao Mané Dendê. Estes registros foram levantados pelos moradores da própria comunidade, alguns gravados e outros transcritos a mão e entregues na AGMD, que repassam para pesquisadores do DSN responsáveis pela transcrição dos relatos, sob orientação da Profa. Lícia Maria Freire Beltrão, do Instituto de Letras da UFBA, que tratará da produção textual, indicando os marcadores discursivos e sequência textual que revelará as diferentes temporalidades dos registros. O produto dessa experiência será o livro, de autoria dos moradores, com título “Vozes do Mané dendê”.

A aproximação entre Conselho Gestor e PPGPTDS/UCSAL fomentou a proposição de criação da “Câmara Técnica de Coexistência do rural no urbano”, ainda não aprovada, em decorrência das atividades do Conselho Gestor terem sido suspensas em setembro de 2018 e retomadas somente no segundo semestre de 2019, em resposta as mobilizações da sociedade civil organizada junto ao órgão ambiental. A suspensão das atividades do Conselho aconteceu de forma abrupta, num momento em que as ações dos membros da sociedade civil passaram a ganhar mais respaldo e visibilidade, vindo a revelar a incapacidade do órgão ambiental em acolher as contribuições da sociedade civil organizada com o suporte da universidade.

Cabe ressaltar que, em 2017, ações entre a Universidade Católica do Salvador (UCSAL) que acolhe no Campus de Pituacu um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e a UNESCO resultaram na organização de um Fórum sobre Desenvolvimento e Conservação cuja proposta fora discutir o projeto de Cátedra para UNESCO. Sendo reconhecida as condições efetivas para que o Parque São Bartolomeu venha a ser certificado pelo Comitê da Reserva da Biosfera/UNESCO como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

4 Considerações Finais

CARVALHO, Élidea T. S.; COSTA, Ademir A. A protoverticalização na Região Administrativa Norte de Natal-RN. *Revista Rural & Urbano*. Recife. v. 05, n. 01, p. 01-26, 2020.

ISSN: 2525-6092

A opção pela realização de pesquisa ação em APA sob impacto metropolitano tendo em vista a conservação da natureza trouxe como primeiro resultado a afirmação da importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que efetivou conhecimento formal e informal, possibilitando visibilidade dos modos de vida em coexistência. Relevância social singular deste resultado foi demonstrar na *praxe* a importância da relação Universidade e Sociedade, que aqui se tornou possível graças à dinâmica inerente ao grupo de pesquisa DSN que pauta a formação de pesquisadores cidadãos, dito de outro modo, com relação ética entre ciência e sociedade, considerando desdobramentos da pesquisa na vida daqueles que por ela são tocados. Com isto, consolida posição epistemológica dialética e complexa que é contra hegemônica porque reconhece e cobra a responsabilidade do sujeito-pesquisador na sua relação com o objeto pesquisado.

Ademais emergiu como resultado a constatação socioambiental de interdependência entre conservação da natureza e conservação da vida humana, reforçando o entendimento da natureza como cultura, podendo, o acesso a projetos de fomento a intervenções ambientais, configurar condições de possibilidades de alternativas socioambientais de desenvolvimento.

A extensão universitária vem auxiliando as comunidades inseridas na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu no acesso a informação e conhecimentos de forma a valorizar as suas existências, tornando-as capazes de propor, com autonomia, soluções para os diversos problemas que enfrentam cotidianamente. Em parte, estes problemas decorrem de anacronismo na classificação do público alvo de políticas ao desconsiderar a experiência de vida cotidiana, optando-se por categorizações formais. Nesse sentido, o engajamento em ações de extensão qualifica a formação de estudantes, nos diferentes níveis de formação acadêmica, e o amadurecimento dos pesquisadores que são convidados constantemente a reorientar-se com base nos problemas práticos que emergem como desafios. Assim ocorreu na intervenção para promoção da conservação ambiental na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, processo catalizado pela adoção das categorias de análise rural e urbano.

Por fim, importa dizer que todas as atividades vinculadas a “Estratégia 02- Conhecimento”, daquela intervenção teve repercussão do impacto positivo provocado pela “Estratégia 01- visibilidade” ao produzir inquietações científicas relativas a consensos científicos do pensamento urbano, diante do auto reconhecimento de identidade sociais pela população



[HTTPS://PERIODICOS.UFPE.BR/REVISTAS/RURALURBANO/INDEX](https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/index)

local. Tais estratégias cumpriram o propósito de valorizar o desenvolvimento humano, além de aproximar outros grupos de pesquisa, universidades e militantes da causa ambiental que atuam na metrópole em defesa da conservação da natureza, em torno da problematização do reconhecimento do rural em coexistência com o urbano.

Referências

AJARA, C. **As difíceis vias para o desenvolvimento sustentável: gestão descentralizada do território e zoneamento ecológico-econômico**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

ALENCAR, C. M. M.. **Desenvolvimento Rural no Território**. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 8, p. 311-331, 2019. DOI: 10.3895/rbpd.v8n2.8324

ALENCAR, C. M. M.. **Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador**. VERTITAT, Salvador, v.2, n.3, ago. 2003.

BAHIA. SEDUR. CONDER. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano; Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia; **Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu**. Salvador, 2012

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. FGV Editora, 2006.

CAMARGO, A. B. A. D.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. D. **Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-1992**. 2ª. Ed. In Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-1992. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

FONSECA, A. A. M.; SILVA, S. C. B. M. **A produção do subúrbio ferroviário de Salvador: os exemplos de Paripe e Periperi**. Veracidade, Salvador, v. 4, n.2, p. 67-80, 1992.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1999.

LIMONAD, E. **Reflexões sobre o Espaço, o Urbano e a Urbanização**. GEOGRAPHIA (UFF), v. 1, p. 71, 2009.

MACÊDO FILHA, J. F. **A Ira Fértil - o protagonismo comunitário no enfrentamento ao medo em Itinga Lauro de Freitas**, Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - UCSAL, 2018.



[HTTPS://PERIODICOS.UFPE.BR/REVISTAS/RURALURBANO/INDEX](https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/index)

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <<https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmpeq7jbv.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PINHA, N. C. C. L. **Participação popular no Conselho Gestor Da APA Bacia Do Cobre/São Bartolomeu**. Dissertação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, UCSAL. Salvador-BA, 2016.

PORCIUNCULA, D. **O fenômeno das águas doces na Região Metropolitana de Salvador: usos, alterações e abandono**. Salvador, Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - UCSAL, 2017.

RIBEIRO, I. B.. **Atlas de tensões urbanas ambientais na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**. 1 Atlas, 9 mapas, Salvador, 2019.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. Sustentabilidade: uma paixão em movimento. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 10, p.39-50, 2003.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. **Estudos Avançados**, v.19, n.55, p.195-214, 2005.

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TRIPP, D. . Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educ. Pesqui.** [online]. 2005, vol.31, n.3, pp.443-466. ISSN 1517-9702.